

Ciência

ciencia@jb.com.br

Pará tem 800 projetos sob suspeita

■ Planos de manejo florestal, ecologicamente corretos, têm fraudes e estão sob investigação do Ministério Público Federal

MARCUS FERNANDO FIORI
 Agência JB

BELÉM – Desenvolvimento sustentável, com tecnologia e pesquisa, na Amazônia, nem sempre é sinônimo de proteção ao meio ambiente. Só no Pará, 800 planos de manejo florestal – com derrubada seletiva – podem estar irregulares. Destes, 350 foram cancelados e os demais passam a ser, a partir de agora, investigados pelo Ministério Público Federal e Polícia Federal.

Apenas em Marabá, pólo madeireiro, a Procuradoria da República investiga 10 projetos que seriam responsáveis pela extração ilegal de 20 mil árvores nos últimos quatro meses, entre elas espécies ameaçadas como o cedro e o mogno. Segundo a procuradoria, só um dos envolvidos, identificado como Aguiar Tedesco, teria abatido oito mil árvores. De acordo com o procurador da República em exercício de Marabá, Orlando Martelo, tramitam na comarca mais de 200 processos envolvendo extração ilegal de madeiras, que cresceu a partir de 1990.

O desmatamento em toda a região amazônica e as queimadas são os responsáveis pela posição brasileira como um dos grandes emissores de carbono na atmosfera, tema em discussão na conferência de Haia, na Holanda. A conferência deveria ratificar o Protocolo de Kyoto, no qual os países desenvolvidos são obrigados a reduzir as emissões em 5,2%, nível de 1990. Graças à Amazônia, o Brasil é o fiel da balança das decisões.

Relatório – Para derrubar a mata, os madeireiros se valeram de documentos que, segundo a procuradoria, tramitaram normalmente

pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). O Instituto em Marabá, entretanto, alega que os projetos foram liberados pela superintendência de Belém.

Um relatório sobre as fraudes foi entregue recentemente à direção do Ibama, em Brasília, e ao Ministério do Meio Ambiente. O esquema mais comum, segundo o documento, é elaborar um plano de manejo ecologicamente correto, habilitando alguém que se diga madeireiro ou que possua uma procuração de um para facilitar a liberação. A partir daí, começa a tramitar no órgão um projeto com aparência “verde”.

Ao longo da tramitação, o passo decisivo é a vistoria da área, feita por técnico do Ibama. Aprovado o projeto supostamente orientado, o madeireiro ou seu procurador têm carta branca para derrubar a floresta. Quase sempre dá certo. Para não dar, é preciso que alguém denuncie.

Laranjas – Foi o que aconteceu com Karl Benmaraz, madeireiro de Tomé-Açu, no Sul do Pará. Karl descobriu que seu nome constava nos arquivos do Ibama de Belém como representante de inúmeros planos de manejo sustentado que desconhecia.

Há casos em que isso é impossível. Mesi Bosete dos Santos e Isaac Aguiar são nomes que tramitam com desenvoltura pelo Ibama do Pará – que sofreu uma intervenção – há mais de uma década. Os dois são “fantasmas”. O procurador do Ibama no Rio, Elielson Ayres de Souza, presidiu a comissão de investigação em Belém é o autor do relatório. Para ele, Mesi Bosete e Isaac foram “plantados” para explorar ilegalmente sob a fachada da ecologia.

Exploração modelo

Seiscentos acionistas suíços ligados a um fundo de pensão são os donos hoje de um dos principais projetos de manejo florestal no Brasil. Em 1994, o grupo Precious Woods - Amazon, adquiriu 80,5 mil hectares no município de Itacoatiara, no Amazonas, que pertencia a Mil Madeireira Ltda., desativada havia 12 anos, e que já tinha deflorestado 7% da propriedade (5.845 hectares).

O nome da madeireira foi mantido, mas os métodos foram alterados, com aplicação de técnica capaz de tornar viável comercialmente a empresa sem prejudicar o meio ambiente. Os 80 mil hectares foram divididos em 25 compartimentos, excetuando-se 30% das terras (24.726 ha) para uma reserva intocável. A cada ano, um compartimento é explo-

rado seletivamente. Ao final de 25 anos, volta-se ao primeiro.

Projeto semelhante é desenvolvido pela Gethal Amazonas madeireira também de Itacoatiara, e que até já recebeu uma certificação do International Forest Stewardship Council (FSC). Este selo verde é uma exigência do consumidor europeu para adquirir qualquer produto de madeira.

O diretor da Gethal, Fernando Ludke, conta que até pouco tempo as técnicas de extração de madeira eram as convencionais. O método mudou por pressões de ambientalistas e investidores que só concordavam em adquirir cotas das empresas se a Gethal buscasse um manejo ecológico. O coordenador do Pro-Manejo, o alemão Wolfram Maennling, aponta os dois projetos como modelos de exploração. (N.F.)



Rogério Reis – 1996